

Educação: o Brasil trabalha duro para superar problemas

Nos últimos 20 anos, o governo se preocupou fundamentalmente com o sistema de ensino nacional, buscando de todas as maneiras resolver os problemas do setor educacional. Apesar dos esforços o sistema brasileiro de ensino ainda apresenta falhas, principalmente no 1º Grau, próprias de um país em desenvolvimento com muitos jovens e carência de recursos. Em todos os níveis de ensino, no entanto, registrou-se uma evolução positiva, merecendo destaque especial o desenvolvimento do programa de merenda escolar.

Esta poderia ser uma síntese livre de recente pronunciamento feito pelo presidente João Figueiredo, analisando as realizações de seu governo no campo da educação. Apesar de constatar limitações e reconhecer falhas, o Chefe da Nação igualmente deixou evidente que muita coisa mudou também nessa área. E mudou para melhor.

As falhas no ensino brasileiro são reconhecidas pela ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, e em sua última palestra na Escola Superior de Guerra, fez questão de frisar que reconhecer-lhes a "existência constitui, sem dúvida alguma, um primeiro passo no sentido de enfrentá-las e corrigi-las, mas representam, felizmente, apenas uma das faces daquela realidade, a qual possui, inegavelmente, aspectos dignos sob vários títulos. E preciso conhecer o todo para devidamente apreciá-lo e corretamente julgá-lo".

O ensino do 1º Grau, que é denominado fundamental, elementar ou básico, e que abrange a faixa etária dos 7 aos 14 anos, com duração de oito anos, registrou grande expansão ainda que não seja o ideal.

A taxa real de escolarização do 1º Grau no Brasil é de 67,4 por cento. Por regiões, o Sudeste vem em primeiro lugar com 79,6 por cento, seguido do Sul com 75,2 por cento, tendo o Centro-Oeste como o seu concorrente mais próximo. As regiões Norte e Nordeste vêm com uma taxa de 58,2 e 49,8%.

Outro problema que não atinge somente o Brasil é o analfabetismo. A nível doméstico, de 1900 a 1980, de acordo com dados do

MEC, o analfabetismo vem decaindo consideravelmente. Naquele ano, a taxa era de 65,3 por cento da população nacional e em 1980, esse percentual caiu para 26% da população do País.

Para combater o problema da educação básica, no ano de 1976, o MEC iniciou, assim como todas as secretarias de educação estaduais, o programa da pré-escola, concentrando atenção em um período de extrema importância para o normal desenvolvimento da criança. Alguns Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, e o Distrito Federal, entre outros já tinham iniciado o processo da pré-escola. A partir de 1981 houve um grande impulso e as matrículas pularam de 1,45 milhão de crianças para 2,3 milhões já em 1982, representando um crescimento de 60 por cento. Para melhorar o nível de capacidade dos alunos, o MEC e as secretarias estaduais de educação, vêm desenvolvendo vários esforços, na criação de programas de atendimento, voltados para a educação na pré-escola, principalmente para as populações de baixa renda. Somente o Distrito Federal conseguiu atingir um índice de 100 por cento na pré-escola, mas os demais Estados estão obtendo grande melhora no atendimento.

Foi a partir de 1982, através de decreto do presidente da República, que o sistema de ensino ganhou velocidade nas melhorias. O decreto resolveu disciplinar a expansão do ensino superior e dar prioridade ao ensino de 1º e 2º Graus, em termos qualitativos e quantitativos. Além disso foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), para racionalizar as atividades de apoio ao aluno carente. Ela busca atingir 25 milhões de estudantes, abrangendo áreas que vão de alimentação escolar, material escolar e didático, bolsas de estudo, bolsas de trabalho e residências estudantis, até um programa de bolsas de manutenção que dá apoio aos alunos com nível absoluto de carência.

O ensino de 2º Grau foi disciplinado pela Lei 5.692/71, e alterado pela Lei 7.044/82, visando dar assistência ao estudante na preparação para a vida profissional.



A merenda escolar ajuda as crianças no estudo